

**Processo nº 01779-2003-010-12-00-3 - Juíza Marta M. V. Fabre - DJ/SC de 26.06.2006, p. 259**

**AUTO DE INFRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE.** O auto de inspeção promovido por auditor fiscal do trabalho e que **revela o descumprimento do termo de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho** tem presunção de veracidade, e o seu valor probante nem sequer está condicionado à assinatura do infrator ou de testemunhas, nos termos do art. 629, § 1º, da CLT, razão pela qual não procede a alegação da executada de que o exeqüente não se desincumbiu do ônus da prova dos fatos relatados na petição inicial.